

# MÍDIA E PODER: CONFIGURAÇÕES E RELAÇÕES NA RMC

Graça CALDAS\*  
Centro de Estudos e Pesquisas  
Avançadas em Comunicação,  
Cultura e Cidadania

## RESUMO

*Como os meios de comunicação da Região Metropolitana de Campinas (RMC), formada por 19 municípios do interior paulista, interagem com os poderes Executivo e Legislativo? Qual a influência que exercem na formação do imaginário popular e no comportamento dos diferentes atores sociais dessas cidades? Estas são as questões que este artigo se propõe responder, como resultado do projeto de pesquisa “Comunicação, Cultura e Cidadania”, cuja primeira etapa foi o mapeamento geral da mídia nos 19 municípios que compõem a RMC. Depois, elegeu-se a temática da água, de interesse regional, como primeiro tema de pesquisa.*

**Palavras-chave:** *Comunicação. Meio Ambiente. Água. Região Metropolitana de Campinas.*

## ABSTRACT

*How do the communication media of the Metropolitan Area of Campinas (RMC), made up of 19 towns in the inland of*

---

(\*) Com: Lara Bezzon, Vera Camargo, Maria José Costa, Edmilson J. T. Manganote, Irani Marchiori e Luciana Miotto. Os pesquisadores que integram esta pesquisa, são fundadores do Centro de Estudos e Pesquisas Avançadas em Comunicação, Cultura e Cidadania (CEPACCC), com sede em Campinas.

*São Paulo State, interact with the Government? What kind of influence do they have on the making up of the popular imaginary world and on the behaviour of the different social actors of these towns? These are the questions this article proposes to answer as the result of the project of research “Comunicação, Cultura e Cidadania”. The first step was the general mapping of the media in the 19 RMC towns. Then, due to its regional interest, the theme water was chosen as the first issue of the research.*

**Key-words:** *Communication. Environment. Water. Metropolitan Area of Campinas.*

## INTRODUÇÃO

A aldeia global preconizada por Marshall McLuhan nos anos 60 tornou-se realidade nos anos 90, quando a inevitabilidade dos mercados globalizados mudou a face do planeta. O desenvolvimento das telecomunicações encurtou as fronteiras e o mundo transformou-se em escala planetária, mediado pelos meios de comunicação. As vantagens do mundo globalizado foram defendidas pelos porta-vozes da economia mundializada, desterritorializada, em que as identidades locais foram profundamente afetadas por interesses hegemônicos de empresas transnacionalizadas e em que o “consenso fabricado” determinou o comportamento e atitudes dos indivíduos influenciados pela indústria cultural do *american way of life*.

Por outro lado, os benefícios anunciados de um mercado globalizado não chegaram a surtir os efeitos desejados e teve início um movimento inverso para manter as identidades locais, as culturas regionais, sem as quais coloca-se em risco a própria sobrevivência da humanidade. Pensar global e agir localmente tornou-se o símbolo das sociedades modernas, que começaram a percorrer caminhos contrários aos inicialmente traçados pelos estrategistas internacionais. A busca, então, passou a ser pela reconstrução das identidades e da cidadania, como formas de resistência à cultura globalizada.

*A era da globalização é também a era do ressurgimento do nacionalismo, manifestado tanto pelo desafio que se impõe ao Estado-Nação estabelecido como pela ampla (re)construção da identidade com base na nacionalidade, invariavelmente definida por oposição ao estrangeiro. Essa tendência histórica tem surpreendido alguns observadores, após a morte do nacionalismo ter sido anunciada por uma causa tripla: a globalização da*

Mídia e poder: configurações e relações na RMC

*economia e a internacionalização das instituições políticas; o universalismo de uma cultura compartilhada, difundida pela mídia eletrônica, educação, alfabetização, urbanização e modernização.* (CASTELLS, 1999, p. 44).

O propalado processo de globalização da economia, da abertura dos mercados, da redução das fronteiras, dos limites impostos ao Estado-Nação pelo avanço desenfreado do poder das organizações privadas, das fusões e mega-fusões de corporações, ao contrário do anunciado, resultou no enfraquecimento das economias locais e dos laços comunitários. No entanto, estes últimos, atualmente, foram retomados, em uma tentativa de recuperação de conceitos como os de Schumacher (1977), “o negócio é ser pequeno”. Isto porque a globalização em lugar de ajudar, só agravou os problemas das nações, cujas decisões, estas sim globais, nacionais, regionais ou locais são imprescindíveis para a solução de problemas comuns como as agressões crescentes ao meio ambiente. Percebeu-se assim, que:

*[...] a identidade territorial está na base dos governos locais e regionais que despontam no mundo todo como atores importantes tanto em termos de representação como de intervenção, por estarem mais bem posicionados para se ajustarem às incessantes variações dos fluxos globais. A reinvenção da cidade-estado é uma característica proeminente dessa nova era da globalização, uma vez que, no início da Idade Moderna, o conceito de tal cidade estava relacionado ao desenvolvimento de uma economia internacional mercantil* (CASTELLS, 1999, p. 421).

Se Castells (2002) afirma que a desestruturação das organizações tradicionais e a falta de legitimidade das instituições e dos sistemas políticos têm contribuído para o fortalecimento das identidades individuais, Bauman (2000) vai além e ressalta que o cerne de todo o problema está no fato de que a verdadeira política perdeu seu poder, já que o espaço público está vazio ou foi tomado pelo capital. Além disso, observa que os mecanismos da incerteza e da insegurança são globais, fora do alcance das instituições políticas que, ao contrário, são locais.

Segundo Bauman, uma sociedade, para ser independente, precisa de indivíduos independentes e estes só podem ser livres em uma sociedade autônoma, isto é, os indivíduos são livres quando podem instituir uma sociedade que promova sua liberdade. Trata-se do poder de “[...] influenciar as condições da própria existência, dar um significado para o ‘bem comum’ e fazer as instituições sociais se adequarem a esse significado”. Por isso, “[...] a reflexão crítica é a essência de toda autêntica política (enquanto distinta do meramente ‘político’, isto é, do que está ligado ao exercício do poder)” (BAUMAN, 2000, p. 112, 90).

Neste cenário – a chamada era da Informação ou do Conhecimento – a mídia exerce papel preponderante na formação das mentalidades e na construção do imaginário coletivo. O poder dos meios de comunicação e da indústria cultural já foi descrito por diferentes autores, entre eles Bourdieu (1997), Canclini (1999), Ianni (1995), Sodré (1996) e Thompson (1998). Ao interferir nas agendas públicas e privadas, a mídia, com seu poder simbólico, contribui, decisivamente, na formação da opinião pública, determinando atitudes e mudanças de comportamentos.

Obviamente, não se trata aqui de relegar a um segundo plano a cultura global e sua influência na formação das identidades locais ou regionais, mas buscar nas culturas locais e regionais os traços de identidade que, entrelaçados com os modelos nacionais e internacionais, terminam por conduzir o cotidiano das pessoas. Nesta perspectiva, teorias de “Mobilização Social” como as de Toro e Werneck (1997), implicam em novas formas de construção da cidadania, a partir da democratização da informação, da construção de uma arena pública em que o acesso à informação e sua circulação sejam a garantia para a mobilização social com vistas à intervenção para transformação. Como lembram Toro e Werneck (1997, p. 67):

*Um processo de mobilização passa por dois momentos. O primeiro é o do despertar do desejo e da consciência da necessidade de uma atitude ou mudança. O segundo é o da transformação desse desejo e dessa consciência em disposição para a ação e na própria ação. Esses dois momentos podem estar acontecendo simultaneamente entre públicos diferentes. Enquanto um está “despertando”, o outro já está agindo e serve de referência e estímulo para quem está começando.*

Para entender a cultura local e poder interferir no processo de transformação social é necessário, inicialmente, conhecer o comportamento, hábitos e atitudes de uma população, tomando-se por base a influência dos meios de comunicação na formação do imaginário popular. Ao mesmo tempo, implica em poder e saber utilizar as ferramentas da comunicação no processo de emancipação política e cultural para que os diferentes atores sociais transformem-se em agentes de sua própria história.

Ao nos referirmos à Região Metropolitana de Campinas (RMC), onde as políticas locais e globais de interpenetram, temos como recorte inicial de pesquisa, a temática ambiental referente aos recursos hídricos, verificando como ela é discutida pela mídia, no jogo das relações de poder na RMC;

Os recursos hídricos apresentam as mesmas características que tornam a Ecologia uma área de estudos multidisciplinar. De que modo a

Ecologia adquiriu contornos sociais e políticos? Para responder a esta questão, é preciso compreendê-la no contexto histórico-social em que aparece, isto é, as questões ligadas ao meio ambiente são resultado da época em que vivemos, surgidas “das próprias contradições reais engendradas pela sociedade urbano-industrial” (PÁDUA; LAGO, 1991, p. 24). Como, então, tornou-se um tema público e global, influenciando leis, políticas, instituições e valores?

## 1. MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

Como os problemas relacionados ao meio ambiente ultrapassam as fronteiras geográficas estabelecidas nos mapas, a temática ambiental é, ao mesmo tempo, local e global. É social e política, emergindo como uma das áreas de conhecimento mais importantes do cenário mundial, ao lado de temas como segurança internacional e economia global (PORTER; BROWN, 1991); compromete ricos e pobres, sociedades e Estados. Sobretudo, é uma questão vital porque envolve a biosfera e todas as formas de vida que nela habitam.

A preocupação mundial com o meio ambiente surgiu inicialmente nos países industrializados, em torno de temas como contaminação química e ameaças ao equilíbrio ecológico, o que implicava em uma visão do meio ambiente formado apenas pela natureza e seus processos físicos, químicos e biológicos – o *ecológico* em seu sentido tradicional (GALLOPÍN, 1986).

Nos anos 70, os *incidentes isolados* transformaram-se em problemas globais de degradação ambiental provocados pelo desenvolvimento industrial. Sua característica fundamental, neste momento, foi a crítica à sociedade afluyente, baseada em um modelo *predatório* de exploração da natureza, sem precedentes na história. A questão ambiental passou a ser objeto da atenção de atores diversos, de cientistas a integrantes de ONGs; foi incorporada ao discurso de políticos e de organismos oficiais; tornou-se tema de documentos, de estudos científicos e de eventos internacionais.

A temática ambiental tornou-se proeminente não somente nos países desenvolvidos, mas no mundo todo. A conferência de Estocolmo, em 1972, foi um marco do ambientalismo internacional (McCORMICK, 1992). Resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) ou *United Nations Environmental Programme* (UNEP); tornou o ambientalismo um movimento político e global e, sobretudo, trouxe para o debate os problemas dos países subdesenvolvidos. O discurso dos países subdesenvolvidos baseou-se no fato de que os problemas ambientais não deveriam restringir o crescimento econômico, a exemplo da posição do Brasil. Deste modo, a

questão ambiental tornava-se mais complexa do que o simples equilíbrio entre meio ambiente e desenvolvimento.

Essas discussões abriram caminho para o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). O resultado foi a elaboração do relatório *Nosso futuro comum*, também conhecido como Relatório Brundtland, que define *desenvolvimento sustentável* como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Sua premissa básica é a de que “meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados.

No entanto, após a publicação do relatório Brundtland, a Comissão da América Latina e Caribe para o Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou, no início dos anos 90, seu próprio relatório sobre o desenvolvimento sustentável, intitulado *Nossa própria agenda*. O relatório reafirmou as posições do desenvolvimento sustentável, porém reforçou a necessidade dos países latinoamericanos eliminarem a pobreza por meio de um desenvolvimento que distribuisse os benefícios do progresso econômico de maneira mais equitativa (HOGAN, 1993).

Ao tentar definir sua própria agenda ambiental, a Comissão para a América Latina e o Caribe procurou deixar clara a divisão entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e os processos de exploração daqueles sobre estes. O Relatório afirmava que os problemas ambientais são determinados pelas realidades econômica, social e natural de cada região ou país, como também do estágio de desenvolvimento em que se encontram.

Em junho de 1992, o Brasil sediou no Rio de Janeiro, a segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92 ou Rio-92. Os aspectos mais polêmicos da conferência foram a emissão de combustíveis fósseis e a biodiversidade. O trabalho de Ferreira (1993) sobre a formulação e implementação de políticas ambientais no Brasil baseia-se no que a autora denomina de *elementos singulares* do Estado brasileiro que colaboraram com a degradação ecológica e impediram políticas efetivas para a solução do problema ambiental. São elementos enraizados na formação social e política brasileira – autoritarismo, paternalismo e clientelismo, e que sempre colaboraram para que leis e regulamentos fossem ignorados no país. Assim, a estrutura de poder do Estado brasileiro atendeu aos interesses particulares dos grupos mais bem organizados.

Essa análise é fundamental para se compreender porque temos uma legislação avançada na área de meio ambiente e, ao mesmo tempo, problemas

graves ligados à governabilidade da questão ambiental. O trabalho de Ferreira também destaca a falta de diálogo entre as políticas públicas e a problemática ambiental, nas estratégias governamentais. As políticas ambientais encontram-se desvinculadas das demais políticas públicas, em todos os níveis – federal, estadual e municipal (FERREIRA, 1992, 1993, 1996).

Falta colocar em prática tudo o que vem sendo discutido acerca do desenvolvimento sustentável, aqui e também no exterior, já que vivemos em um mundo *globalizado*. Por que tamanha dificuldade em avançar do nível do discurso para a *práxis*? Porque é realmente um grande desafio conciliar objetivos sócio-econômicos e ambientais, redefinindo crescimento e uso dos recursos. Um desafio que se multiplica no contexto de um país subdesenvolvido, de industrialização tardia e possuidor de uma democracia ainda frágil, como o Brasil.

A crise ambiental implica em mudanças. Para alguns, as mudanças devem ser profundas e necessitam, para tanto, de uma intervenção coletiva do Estado e da sociedade civil organizada. Para outros, estas mudanças podem ser induzidas pelos mecanismos de mercado (ROMEIRO, 1998), autor que vem se destacando nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável. O Estado, por sua vez, vem perdendo sua capacidade de regulação sobre a economia nacional, ao mesmo tempo em que passa para a iniciativa privada grande parte de seus serviços (SANTOS, 1995). Não podemos, porém, nos esquecer de que se trata de um fenômeno mundial e o Brasil encontra-se inserido neste processo.

### 1.1. A RMC E OS RECURSOS HÍDRICOS: UMA ABORDAGEM REGIONAL

Pela diversidade cultural, pela importância econômica, científica e tecnológica, pela representatividade nacional, a Região Metropolitana de Campinas (RMC), constituída em junho de 2000 e localizada no Estado de São Paulo, Brasil, foi selecionada como *locus* desta pesquisa. Composta por 19 municípios administrados por diferentes partidos (Americana – PDT; Artur Nogueira – PTB; Campinas – PT; Cosmópolis – PT; Engenheiro Coelho – PSDB; Holambra – PFL; Hortolândia – PSDB; Indaiatuba – PDT; Itatiba – PMDB; Jaguariúna – PTB; Monte Mor – PMDB; Nova Odessa – PTB; Paulínia – PMDB; Pedreira – PFL; Santa Bárbara D’Oeste – PMDB; Santo Antonio de Posse – PMDB; Sumaré – PPS; Valinhos – PL e Vinhedo – PSDB)<sup>1</sup>, a RMC, por meio do Conselho do Desenvolvimento Metropolitano, integrado pelos

prefeitos e 12 representantes do Estado busca a gestão compartilhada dos problemas comuns.

Com uma população de 2,48 milhões de habitantes, a RMC ocupa uma área de 3.673 Km<sup>2</sup>. Trata-se de uma região rica, geradora de cerca de US\$ 25 bilhões de Produto Interno Bruto (PIB) e um dos maiores PIB *per capita* do Estado de São Paulo. Em 2000 era de US\$ 10,71 mil, o dobro da média estadual (US\$ 5,62 mil). Apesar de seu crescimento econômico e cultural e de 90% da população contar com abastecimento de água encanada, apenas 20% tem tratamento de esgoto doméstico, o que vem provocando sérios problemas ambientais.

De acordo com Hogan (1996), a região representa o dualismo marcante do próprio país: uma região desenvolvida e industrializada, com alto nível de vida, ao lado da desigualdade social e da degradação ambiental. No entanto, salienta que o maior desafio ambiental da região são os recursos hídricos.

O governo municipal tem, portanto, um papel estratégico no desenvolvimento e exercício da cidadania, razão pela qual a gestão compartilhada dos problemas ambientais de saúde, saneamento, transporte, é inadiável para garantir o bem-estar público. Os prefeitos da RMC, independente de partidos, são os que estão mais próximos dos cidadãos e, por isso mesmo, tendem a conhecer melhor a realidade, as necessidades e as características das localidades onde vivem seus habitantes (OLIVEIRA, 2001). Ainda de acordo com Oliveira (2004) as mudanças no Estado brasileiro acontecem, especialmente, ao nível municipal, que vem apresentando experiências inovadoras de parceria entre o poder público e a sociedade civil.

Para se consolidar tal parceria, afirma que é preciso estabelecer uma base de confiança, por meio da qual seja possível viabilizar políticas públicas que atendam o interesse público de modo efetivo. Neste sentido, é fundamental que o governo possua um conceito favorável junto à opinião pública para poder exercer com maior eficácia sua função de administrador das questões públicas.

Entretanto, não basta que um determinado município adquira, isoladamente, essa relação de confiança. Muitas vezes, podemos perceber que um município consegue desenvolver-se, afetando, em contrapartida, os municípios vizinhos. Isso acaba, muitas vezes, transferindo o problema de uma localidade para outra, sem a busca de uma solução que atenda às necessidades da população de toda uma região. Ao elaborar suas políticas

Mídia e poder: configurações e relações na RMC

públicas, um governo não pode ter apenas uma visão e ação locais. É preciso ter em mente a necessidade de ação conjunta.

É neste contexto que a estruturação de Região Metropolitana pode ser concebida como uma ação estratégica para o atendimento das necessidades de uma população num nível de macro-abrangência. A RMC representa justamente a busca de um pensar globalmente e de um agir, se não globalmente, ao menos regionalmente, com uma visão de longo prazo, que extrapole as fronteiras dos municípios, sem esquecer as suas peculiaridades.

Entretanto, embora possamos constatar que, muitas vezes, a mídia contribua para a construção de uma imagem negativa do governo, provocando assim maior distanciamento entre cidadãos e governo, em outros, como no caso específico dos recursos hídricos, revela-se parceira fundamental do poder público e da sociedade civil em geral.

## 2. OBJETIVOS DA PESQUISA

Nosso objetivo, neste trabalho, que faz parte de um projeto mais amplo sobre as relações de poder na RMC, foi realizar um levantamento preliminar dos jornais que circulam na região para compreender *se e como* estes jornais tratam temas de interesse regional, notadamente os recursos hídricos. Partimos da hipótese de que, após a formação da RMC, em junho de 2000, os veículos de comunicação podem ser importantes aliados aos poderes locais (Executivo, Legislativo e Judiciário) para a defesa dos interesses públicos em relação aos governos estadual e federal. Nesse sentido, a ação conjunta em noticiar, *simultaneamente*, temas de interesse da região, contribui para a conscientização dos problemas regionais e na busca de soluções integradas.

## 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza exploratória e de caráter qualitativo. Foi realizada sob a perspectiva de leitura crítica da mídia, dentro do contexto social, cultural e político. Como observa Moran (1993, p. 36):

*Ler a comunicação é captar a articulação e veiculação efetiva, em forma de troca, das diversas visões de mundo e dos sistemas de valores dos indivíduos, grupos e classes sociais, em contínua interação. [...]. Ler a comunicação é descobrir as relações humanas e econômicas dissimuladas,*

- explicitar as contradições ocultas. Desvendar as discrepâncias entre o discurso e a práxis, “desnaturalizar” o modelo de vida apresentado pelos grandes meios.

Para o desenvolvimento do trabalho utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental. Trata-se de um estudo comparativo entre os jornais de maior tiragem (número de exemplares) em cada um dos 19 municípios da região. O *corpus* incidiu sobre uma semana, com o recorte temporal de 21 a 28 de março de 2004. A justificativa era a própria hipótese de que, sendo os recursos hídricos e seu manejo um tema de interesse regional, naturalmente deveria estar presente nesses veículos.

Embora o número de municípios da região seja 19, foram analisados 15 jornais, uma vez que quatro veículos são de caráter regional e circulam em municípios que não têm jornais próprios.

#### 4. PROCEDIMENTOS

Inicialmente analisamos a Primeira Página dos jornais selecionados e registramos o número de vezes em que aparecia a palavra *Água* e assuntos de interesse da *RMC*, identificando os temas abordados para uma breve análise de conteúdo.

Para a análise qualitativa a escolha recorreu aos jornais de três municípios da *RMC* que estavam classificados entre 20 primeiros no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de São Paulo. São eles: Vinhedo (4º lugar), com o *Jornal de Vinhedo*; Campinas (8º lugar), com o *Correio Popular* e Paulínia (13º lugar), com o *Jornal de Paulínia*.

Nesses jornais foram identificados os gêneros (Informativo e Opinativo) e sub-gêneros jornalísticos em que o assunto *Água* e *RMC* foram tratados; as fontes utilizadas nas matérias veiculadas, bem como a abordagem dos textos para uma posterior análise das relações entre os poderes constituídos e a sociedade civil como exercício de cidadania.

Queríamos também verificar a postura dos jornais (jornalistas e empresa) face a temas de interesse público. Nossa preocupação foi avaliar eventuais relações de poder explícitas ou implícitas nos textos, em relação à temática abordada, tomando-se por base o processo de produção da matéria, bem como a opinião dos veículos a partir dos editoriais.

O *modus operandi* da pesquisa está fundamentado, epistemologicamente, nos Estudos Culturais, cujo objetivo é:

*[...] definir o estudo da cultura própria da sociedade contemporânea como um campo de análise conceitualmente relevante, pertinente e teoricamente fundamentado. No conceito da cultura, estão englobados quer os significados e os valores, que surgem e se difundem nas classes e nos grupos sociais, quer as práticas efetivas através das quais esses valores e esses significados se exprimem e nas quais estão contidos. (WOLF, 1995, p. 96, grifo nosso).*

## 5. DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

Com base na proposta desta pesquisa, demonstramos abaixo os resultados preliminares do comportamento dos veículos impressos da Região Metropolitana de Campinas e dos diferentes atores sociais envolvidos com a questão ambiental destacando os problemas decorrentes do uso indiscriminado dos recursos hídricos.

### 5.1 PRIMEIRA PÁGINA DOS JORNAIS DA RMC

Dos 15 jornais analisados, quatro deles já se caracterizam como regionais, ao incluírem em seu cabeçalho os nomes dos municípios vizinhos em que circulam, como pode ser observado na Tabela 1. A maioria tem formato *standard* (13), sendo apenas dois tablóides. Entre eles, apenas os jornais *Correio Popular*, de Campinas e *Todo Dia*, de Americana, circulam todos os sete dias da semana; três deles, *Diário*, de Santa Bárbara D'Oeste, *Tribuna Liberal*, de Sumaré e *Jornal de Itatiba*, de Itatiba circulam todos os dias, à exceção das segundas-feiras.

Os demais circulam de uma a três vezes por semana, normalmente às sextas e sábados. A tiragem média dos jornais varia de um mínimo de 3 mil (*Jornal da Cidade*, de Holambra), a um máximo de 50 mil (*Correio Popular*, de Campinas). O *Correio Popular*, com 77 anos de existência, é notadamente o jornal mais estruturado da RMC e com o maior volume de cadernos e anúncios. Aos domingos, chega a circular com 100 páginas.

Na semana analisada, em função do Dia Internacional da Água, 22 de março, nem todos os jornais abordaram o tema na Primeira Página, como seria de se esperar, considerando a importância do assunto para a região. A grande exceção foi o jornal *Correio Popular* de Campinas, que dedicou uma série de sete reportagens sobre o tema. Porém, outros temas de interesse comum da RMC foram destaque nas capas dos jornais tais como: segurança,

saneamento básico e a expansão do número de vereadores por município, em discussão no Congresso Nacional. Quando o assunto era relacionado à água, objeto de estudo desta pesquisa, a discussão esteve centrada na necessidade da gestão compartilhada do Sistema Cantareira, que abastece 61 municípios do interior do Estado, entre eles os 19 da RMC.

## 5.2 ANÁLISE QUALITATIVA PRELIMINAR

Para a análise qualitativa foram selecionados os jornais de maior circulação dos três municípios com IDH representativo no Estado de São Paulo: Campinas, Paulínia e Vinhedo. O município de Campinas é considerado um dos mais importantes pólos científicos e tecnológicos do Brasil, abriga importantes indústrias e uma das universidades mais famosas do país: Unicamp. Paulínia, ex-bairro de Campinas, conta com um importante pólo petroquímico e abriga a Refinaria do Planalto (REPLAN), responsável pelo refino de 2/3 do petróleo consumido no país. Vinhedo tem uma das melhores qualidades de vida da região e conta com uma das menores taxas de mortalidade infantil do país.

De uma maneira geral os três veículos defendem a gestão compartilhada do Sistema Cantareira, que abastece os municípios da Grande São Paulo, Baixada Santista e a região de Campinas (RMC). O Complexo do Cantareira é administrado há três décadas pelo governo do Estado, por meio da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Com a perspectiva de renovação da outorga do Cantareira, os municípios abastecidos pelo Sistema, preocupados com os riscos de escassez desses recursos hídricos, resolveram se mobilizar para alterar as regras do jogo, contando para isso com o apoio da mídia regional.

O discurso jornalístico dos veículos analisados, em seus diferentes gêneros, Opinativo (Editorial, Cartas do Leitor e Colunas) ou Informativo (Notas, Notícias e Reportagens), revela uma manifestação clara da mídia em defesa da gestão compartilhada da água distribuída pelo Sistema Cantareira “[...] com a participação ativa dos prefeitos da RMC no manejo dos recursos hídricos” (*Correio Popular*, 21 mar. 2004, Editorial, p. 2).

Face ao risco da escassez de água, o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba-Capivari-Jundiá protocolou no Ministério Público, no dia 22 de fevereiro de 2004, pedido de acompanhamento da renovação da outorga do Cantareira para garantir a inserção desses municípios no processo de gestão compartilhada dos recursos hídricos.

Mídia e poder: configurações e relações na RMC

Fazendo ou não referência ao Dia Mundial da Água e ao tema da campanha da fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “Água, fonte de vida”, os jornais dos municípios que compõem a RMC assumiram nitidamente os interesses dos moradores da região e dos municípios que estão ameaçados de racionamento de água. A seguir, apresentamos a análise qualitativa dos três jornais destacados na pesquisa: *Correio Popular*, *Jornal de Paulínia* e *Jornal de Vinhedo*.

### 5.3 CORREIO POPULAR

No jornal *Correio Popular*, o tema da água foi manchete de página por três dias da semana e também objeto de Editorial por outros três dias. A repercussão do tema perante a opinião pública ensejou três cartas de leitores. Durante a semana, o jornal criou um selo para o assunto e veiculou uma série de sete reportagens com diferentes abordagens. No Dia Internacional da Água, 22 de março, o jornal teve como encarte, em papel branco, um Caderno Especial temático com oito páginas. Trata-se, porém, de material pago pela Prefeitura de Campinas para destacar as obras relacionadas ao Tratamento de Esgoto na cidade, no qual a Prefeitura promete que até o final da atual administração (PT), em 2004, 70% do esgoto serão tratados, contra os atuais 10%.

Nos editoriais, o jornal, com base nas informações disponíveis e nas reportagens realizadas durante o período, alerta para o risco de colapso no abastecimento; aponta como única saída a gestão compartilhada do Cantareira, fazendo assim, coro às reivindicações dos prefeitos da RMC e ressaltando a força da mobilização pública como uma vitória da democracia. “É uma vitória de todos os líderes políticos, técnicos e ambientalistas que se organizaram e se empenharam para que a sensatez e a lógica prevalecessem” (*Correio Popular*, 23 mar. 2004, Editorial, p. 2).

Quando a série de reportagens sobre a água foi manchete de Primeira Página, quase sempre ocupou página inteira do Primeiro Caderno na Editoria de Cidades, com várias retrancas informativas e coluna opinativa refletindo sobre o assunto. A primeira reportagem da série teve início no domingo, dia 21 de março, por meio de chamada de Primeira Página: “Colapso no abastecimento mobiliza a região”. O tom geral da matéria foi a preocupação de vários setores da sociedade civil e dos prefeitos e vereadores da RMC para o risco de colapso no abastecimento. A CNBB foi, também, importante aliada na defesa dos recursos hídricos.

Nos demais dias, o enfoque principal foi pela defesa da gestão compartilhada do Sistema Cantareira. Além disso, os prefeitos da RMC pedem

ao governo do Estado a construção de três barragens nos rios da região para dar uma vazão adicional de água, evitando assim, colapso no abastecimento em períodos de estiagem. Em função do alto custo da obra, R\$ 620 milhões, o governo oferece a contrapartida, de cobrança pelo uso da água, o que geraria recursos anuais aos municípios de apenas R\$ 25 milhões, oferta declinada pelos prefeitos da região.

Diante da reação dos prefeitos e da força da mobilização popular, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, contrariando a posição anteriormente manifestada pelo coordenador de Recursos Hídricos do Estado, Rui Assis Brasil, afirma, pela primeira vez, que a gestão do Cantareira será compartilhada. “Vale o bom senso na renovação da outorga. Os municípios do interior terão participação na nova gestão” (*Correio Popular*, 23 mar. 2004, p. 5). Em visita à cidade, três dias depois (26 de março), para participar de um Fórum sobre o Meio Ambiente, a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, garante que “a gestão compartilhada faz parte da política de recursos hídricos do governo federal”, afirmando que caberá à Agência Nacional de Águas (ANA), a definição das regras para a administração compartilhada do Cantareira..

Após a conquista da gestão compartilhada do Sistema Cantareira, o jornal assume uma postura crítica em relação ao desperdício de água nos municípios envolvidos. Em matéria investigativa, de denúncia, repórter do jornal percorre vários cantos da cidade para verificar *in loco*, o desperdício da água, que atinge 30% da água tratada. De cada 10 litros captados dos mananciais, 3 litros são perdidos por deficiência em tubulações ou por meio de ligações clandestinas, além do uso inadequado pelos cidadãos, informa a reportagem.

Na última matéria da série, no sábado, dia 27 de março, a reportagem intitulada “Consórcio propõe pacote contra colapso de água” anuncia medidas preventivas e emergenciais elaboradas pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e CI-PCJ). São elas: “Implantar captações flutuantes para buscar os pontos dos rios com maior volume de água; fazer uma revisão nos equipamentos de manejo de recursos hídricos e promover uma ampla campanha pelo uso racional da água em mais de 200 escolas e em cerca de 400 repartições públicas” (*Correio Popular*, 27 mar. 2004, p.7 ).

A série de reportagens do *Correio Popular* mobilizou e conscientizou a opinião pública sobre os problemas do uso indiscriminado da água. Na seção Correio do Leitor, várias pessoas se manifestaram apoiando a mobilização sobre o tema, mas questionando se, efetivamente as pessoas estariam conscientes da gravidade da situação, uma vez que “[...] os rios estão cada

Mídia e poder: configurações e relações na RMC

vez mais poluídos e o desperdício da água é uma constante” (*Correio Popular*, 23 mar. 2004, p. 2).

De maneira geral, as fontes utilizadas pelo jornal foram bem diversificadas, embora com prevalência das oficiais: Poder Executivo (federal, estadual e municipal), órgãos públicos especializados como o IBGE, SABESP, Sanasa, instituições de pesquisa e sindicatos.

#### 5.4 JORNAL DE PAULÍNIA

No *Jornal de Paulínia*, criado em 1966, e com circulação semanal há 34 anos, das 10 chamadas de Primeira Página, três temas foram de interesse regional, sendo dois relacionados à questão da segurança e um diretamente voltado para a questão ambiental. Com a rubrica água, a chamada relata a comemoração do Dia Mundial da Água realizada pela Orsa Celulose, Papel e Embalagens, com a inauguração simultânea de novas Estações de Tratamento de Efluentes, em cinco unidades da empresa, em vários municípios brasileiros.

No corpo interno do jornal, o tema água foi discutido em vários gêneros jornalísticos e colocado em diferentes páginas e editoriais. Apesar da importância do tema água, não teve, nesse veículo, o mesmo destaque do *Correio Popular*. A discussão da gestão compartilhada do Sistema Cantareira apenas uma nota na coluna Coisas da Cidade, na Editoria de Política, quando alerta para o risco de abastecimento, uma vez que o Complexo “[...] está com apenas 18% de sua capacidade” (*Jornal de Paulínia*, 27 mar. 2004 p. 3).

A dimensão maior dada à questão da poluição ambiental tem relação direta com o fato do município ser um pólo petroquímico. Na realidade, o Dia Mundial da Água foi retratado no veículo apenas pela divulgação de uma série de eventos comemorativos à data, sem uma análise acurada dos problemas decorrentes da escassez dos recursos hídricos. Lançamentos de livro, exposições em lugares públicos, palestras e campanhas educativas relacionadas a “[...] empreendimentos a fim de assegurar a universalização do abastecimento público de água”, foram os únicos registros encontrados (*Jornal de Paulínia*, 27 mar. p. 6). A exemplo do que ocorreu no *Correio Popular*, as fontes oficiais prevaleceram.

#### 5.5 JORNAL DE VINHEDO

No *Jornal de Vinhedo*, criado em 1984, e com circulação semanal, a situação não é muito diferente em relação ao veículo de Paulínia. O tema da

água não está em qualquer uma das 17 chamadas de Primeira Página. Embora a palavra água apareça, está diretamente relacionada à transformação da Secretaria de Água e Esgoto em autarquia, assunto nitidamente local. Conta com uma única chamada relacionada ao interesse da região. Trata-se da questão política envolvendo a ampliação ou redução do número de cadeiras na Câmara de Vereadores.

O único momento em que a temática da água é discutida encontra-se no Caderno A, com a matéria intitulada “Elo Ambiental expõe problemas no Dia Mundial da Água” (*Jornal de Vinhedo*, data p. 3). Trata-se, na verdade, de um discurso do presidente da ONG “Elo Ambiental”, de Vinhedo, o ambientalista Cláudio Suiter, também membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA).

O tom da matéria é de denúncia em relação aos problemas de assoreamento da represa local e da falta de fiscalização do poder público municipal no tocante aos problemas ambientais “[...] das águas da região, que já apresentam altos índices de contaminação pelo vazamento de chorume de lixo” (*Jornal de Vinhedo*, idem). O ambientalista cobra uma posição dos vereadores na solução dos problemas.

A resposta vem em forma de múltiplos pronunciamentos, durante a mesma sessão, em que seis vereadores fazem uso da palavra e defendem a implantação de uma Central de Triagem de Entulhos na região, criticando a falta de investimento do Poder Público. Como nos dois outros veículos, também aqui as fontes foram preferencialmente oficiais, com um único destaque para o representante da ONG.

## 6. CONCLUSÕES

As culturas locais tentam se fortalecer em meio às imposições da cultura e da economia globalizadas, valorizando a idéia de pensar de forma global e agir de forma local, onde se constróem a vida das comunidades. Neste sentido, é fundamental a democratização da informação e, para isto, o entendimento do papel dos veículos de comunicação na construção de um espaço público para discussão de problemas que concernem a todos, notadamente, no caso desta pesquisa, os recursos hídricos.

Tais recursos, inseridos na temática ambiental, representam um questão global e local, no contexto das transformações da sociedade urbano-industrial. Os recursos naturais ultrapassam as fronteiras estabelecidas nos

Mídia e poder: configurações e relações na RMC

mapas e competem a todos, ricos e pobres, estados e municípios. Desde as primeiras discussões sobre a temática ambiental até os dias de hoje, as questões ligadas à gestão dos recursos naturais requerem soluções diferenciadas para localidades específicas.

O foco da análise sobre os recursos hídricos encontra lugar na Região Metropolitana de Campinas (RMC), *locus* desta pesquisa. Uma região que reflete as mesmas disparidades do país: um pólo de alta tecnologia e grande desenvolvimento industrial em convivência com a pobreza e a degradação ambiental. No caso da água, um dos problemas ambientais mais graves da região devido ao não tratamento do esgoto.

Nas relações de poder que se estabelecem no espaço público, a questão da água, por meio da instauração dos consórcios de bacias hidrográficas, tal como a Bacia dos Rios Piracicaba-Capivari-Jundiá e na qual encontramos municípios da RMC, fomentam a gestão dos recursos naturais com base na ação regional. De certa forma, tal postura promove a integração de diferentes atores sociais no tratamento de uma questão ao mesmo tempo local, regional e global.

E, embora muitas vezes receba críticas quanto à forma de atuação, os governos municipais têm um papel estratégico no desenvolvimento e exercício da cidadania porque conhecem a realidade, as necessidades e as características das localidades onde vivem seus habitantes. Ainda mais quando promovem parcerias com a sociedade civil e quando tornam viáveis políticas públicas que atendam aos interesses públicos de modo realmente efetivo.

No entanto, ao elaborar suas políticas públicas, os municípios precisam de uma visão não somente local, mas também regional e até mesmo global acerca das necessidades da população de toda uma região. Por isso, a importância de uma ação conjunta e estratégica, tal como a estruturação de Região Metropolitana, para o atendimento às necessidades de uma população num nível de macro-abrangência.

E o papel dos veículos de comunicação? Apesar de muitas vezes se concentrarem nos aspectos negativos do governo, em outros momentos, como constatado por esta pesquisa, colaboram com o poder público. Além disso, ao democratizarem o acesso à informação de interesse público possibilitam a mobilização da sociedade civil e o exercício pleno da cidadania.

No exame das primeiras páginas dos jornais que circulam na RMC, a pesquisa revela que, na semana analisada, a discussão ambiental sobre os recursos hídricos a partir da comemoração do Dia Internacional da Água,

não obteve, com raras exceções, o destaque merecido, face à relevância do assunto.

Já na análise qualitativa, que incluiu o conteúdo das páginas internas dos jornais de maior circulação dos três municípios com IDH representativo no Estado de São Paulo: Campinas, Paulínia e Vinhedo, os resultados foram bem mais representativos. De uma maneira geral os veículos, principalmente o *Correio Popular*, quer no espaço editorial ou de reportagens, assumiram plenamente a defesa de interesses regionais, colocando-se lado a lado do poder público e dos moradores da região. Ao mesmo tempo, não deixaram de criticar a falta de fiscalização dos poderes Executivo e Legislativo com relação à contaminação dos mananciais e ao desperdício da água.

Ao noticiar temas de interesse da região, os veículos de comunicação contribuem para a conscientização dos problemas regionais e a busca de soluções conjuntas. Assim, reafirmamos que os veículos de comunicação podem ser importantes aliados aos poderes locais (Executivo, Legislativo e Judiciário) para a defesa dos interesses públicos em relação aos governos estadual e federal, desde que assumam seu papel no espaço público, comprometidos com as necessidades da população.

## NOTA

<sup>(1)</sup> Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido dos Trabalhadores (PT); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido da Frente Liberal (PFL); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Popular Socialista (PPS) e Partido Liberal (PL).

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BEZZON, L. A. C. *Análise político-sociológica do reencontro da sociedade civil brasileira com a cidadania e a democracia segundo a perspectiva da comunicação pública*. In: OLIVEIRA, M. J. Da C. (Org.). *Comunicação pública*. Campinas, SP: Átomo e Alínea, 2004. p. 17-28.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos culturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Mídia e poder: configurações e relações na RMC

- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CMMAD. *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.
- FERREIRA, L. da C. *Estado e ecologia: novos dilemas e desafios*. A política ambiental no estado de São Paulo. Campinas, 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A política ambiental no Brasil*. In: MARTINE, G. (Org.). *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 171-81.
- \_\_\_\_\_. *A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local*. In: FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. (Org.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 133-60.
- GALLOPÍN, G. *Ecología y ambiente*. In: LEFF, E. (Org.). *Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo*. México: Siglo Veintiuno, 1986. p. 126-72.
- HOGAN, D. J. *Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável*. In: *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n. 31, 1993. p. 57-77. (Revista de Cultura e Política).
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do rio Piracicaba: limites e possibilidades*. In: FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. (Org.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 161-176.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- McCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 224 p.
- MORAN, J. M. *Leitura dos meios de comunicação*. São Paulo: Pancast Editora, 1993.
- OLIVEIRA, M. J. C. *A relação do Estado, da sociedade e do mercado na construção da cidadania: o papel das relações públicas*. 2001. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Poder legislativo e comunicação pública: uma perspectiva sobre a Região Metropolitana de Campinas-SP*. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27, 30 ago. a 3 set. 2004, Porto Alegre, RS. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa de Relações Públicas e Comunicação Organizacional.

PÁDUA, J. A.; LAGO, A. *O que é ecologia*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 108 p. (Coleção Primeiros Passos).

PORTER, G.; BROWN, J. W. *Global Environmental Politics*. San Francisco: Westview Press; Oxford: Boulder, 1991. p. 1-33, 143-59.

ROMEIRO, A. R. *Meio ambiente, tecnologia e estilos de vida*. In: BARBOSA, S. R. da C. S. (Org.). *A temática ambiental e a pluralidade do ciclo de seminários do NEPAM*. Campinas: NEPAM - Unicamp, 1998. (Série Divulgação Acadêmica n. 4).

SANTOS, B. de S. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 7, 1995, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SBS, 1995. p. 1-56.

SCHUMACHER, E. E. *O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SODRÉ, M. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TORO, A. J. B.; WERNECK, N. M. D. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: MMA, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior, UNICEF, 1997.

WOLF, M. *Teorias da globalização*. Lisboa, Editora Presença, 1995.

**MUNICÍPIOS DA RMC E JORNAIS**  
Número de matérias sobre Água e a RMC nas primeiras páginas no período de 21.-28 de março de 2004

Município	IDH <sup>a</sup>	Ranking do IDH (São Paulo)	População	Jornal	Tiragem média	Número de matérias		
						Água	RMC	Total
Americana	0,840	19	191.451	<i>Todo dia</i>	20.000	1	6	7
Arthur Nogueira	0,796	200	37.384	<i>Folha da Semana<sup>b</sup></i>	5.000	0	2	2
<b>Campinas</b>	<b>0,852</b>	<b>8</b>	<b>1.006.918</b>	<i>Correio Popular</i>	50.000	11	4	15
Cosmópolis	0,799	177	46.927					
Engº Coelho	0,791	234	11.121			0	2	2
Holambra	0,827	42	7.762	<i>Jornal da Cidade<sup>c</sup></i>	3.000	0	2	2
Hortolândia	0,790	246	173.060	<i>Jornal de Hortolândia</i>	5.000	0	0	0
Indaiatuba	0,829	36	161.252	<i>Tribuna do Indaiá</i>	7.000	1	1	2
Itatiba	0,828	41	87.220	<i>Jornal de Itatiba</i>	5.000	3	3	6
Jaguariúna	0,830	34	31.757	<i>Gazeta Regional<sup>d</sup></i>	10.000	1	2	3
Monte Mor	0,783	293	40.969			1	2	3
Nova Odessa	0,826	45	44.538	<i>Jornal de Nova Odessa</i>	6.000	1	0	1
<b>Paulínia</b>	<b>0,847</b>	<b>13</b>	<b>55.830</b>	<i>Jornal de Paulínia</i>	5.000	1	1	2
Pedreira	0,810	104	37.452			1	0	1
Sª Bárbara d'Oeste	0,819	68	177.722	<i>Diário</i>	11.000	0	3	3
Sª Antonio de Posse	0,79	244	19.318	<i>O Regional<sup>e</sup></i>	12.000	3	1	4
Sumaré	0,800	174	213.886	<i>Tribuna Liberal</i>	5.000	1	1	2
Valinhos	0,842	16	87.621	<i>Jornal de Valinhos</i>	6.000	0	0	0
<b>Vinhedo</b>	<b>0,857</b>	<b>4</b>	<b>51.406</b>	<i>Jornal de Vinhedo</i>	5.000	0	1	1
<b>RMC 19 municípios</b>			<b>2.483.594</b>	<b>TOTAL: 15 jornais</b>	<b>155.000</b>	<b>25</b>	<b>31</b>	<b>56</b>

<sup>a</sup> IDH: Índice de Desenvolvimento considerado padrão pela ONU e que leva em consideração dados de renda, educação, saneamento básico, entre outros.

<sup>b</sup> Circula em Arthur Nogueira (sede), Cosmópolis, Paulínia, Holambra e Engenheiro Coelho.

<sup>c</sup> Circula em Holambra (sede), Arthur Nogueira, Campinas, Jaguariúna e Sª Antonio de Posse.

<sup>d</sup> Circula em Jaguariúna (sede), Holambra, Arthur Nogueira, Sª Antonio de Posse, Pedreira.

<sup>e</sup> Circula em Sª Antonio de Posse (sede), Amparo, Arthur Nogueira, Cosmópolis, Eng. Coelho, Estiva Gerbi, Holambra, Itapira, Jaguariúna, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Paulínia, Pedreira.